JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.08.12 06:28:25 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 12 de agosto de 2022 • Nº 1376 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Mês Vocacional 2022

PÁGINA 4

BALANÇO

Lucro do BNDES cresce 120% e atinge R$ 11,7 bi no 2º trimestre

O lucro líquido de R$ 11,7 bilhões obtido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no segundo trimestre de 2022 é 120,7% superior ao registrado no mesmo período de 2021. O novo relatório de resultados financeiros da instituição foi apresentado ontem. De acordo com o BNDES, o desempenho foi impulsionado pela receita de R$ 3,8 bilhões com dividendos pagos pela Petrobras e pela arrecadação de R$ 1 bilhão com alienações de ações da Eletrobras. Também contribuiu com o resultado positivo a reversão de provisão para risco de crédito, consequência da liquidação da dívida do Grupo Oi, que pagou à instituição R$ 4,6 bilhões usando recursos da venda da Oi Móvel às operadoras Claro, Tim e Vivo. PÁGINA 3

ANTI-GOLPISMO

Ato une sociedade em defesa da democracia

A mais ampla manifestação por democracia sob o governo de Jair Bolsonaro (PL) teve ápice na manhã de ontem com um ato na Faculdade de Direito da USP em que foi lida, sob aplausos e falas contra o autoritarismo, a carta iniciada na instituição e assinada por mais de 970 mil pessoas. O texto, que não cita diretamente Bolsonaro, mas prega a manutenção do Estado democrático de Direito e o respeito às eleições diante das ameaças golpistas do presidente de contestar o resultado e questionar as urnas eletrônicas, foi precedido da leitura de outro manifesto, endossado por mais de cem instituições. O movimento, a menos de dois meses do primeiro turno das eleições, é considerado um marco simbólico na reação da sociedade civil à escalada de ameaça às instituições promovida por Bolsonaro, que insufla apoiadores para saírem às ruas no 7 de Setembro, data do Bicentenário da Independência. Segmentos que estavam inertes perante as intimidações, sobretudo no ambiente empresarial e financeiro, decidiram se juntar às mobilizações. Banqueiros, juristas, acadêmicos, artistas, sindicalistas e ativistas também participam, sob o discurso de união de divergentes em torno de um ideal maior. A "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito" remete à histórica "Carta aos Brasileiros", apresentada em ato público em agosto de 1977, na mesma Faculdade de Direito. PÁGINA 5

FAKE NEWS

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Campos Neto desmente Bolsonaro: bancos não tiveram prejuízo com Pix

Presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto afirmou ontem que os bancos não têm perdido dinheiro por conta do crescimento da adesão do Pix no mercado brasileiro. "Não é verdade que os bancos perdem dinheiro com o Pix", afirmou Campos Neto, durante participação no evento Febraban Tech, em São Paulo, organizado pela entidade que representa as instituições financeiras. O presidente Jair Bolsonaro (PL) criticou a adesão dos bancos aos manifestos em defesa da democracia, com o argumento de que a criação do Pix e uma eventual perda de receita por conta da ferramenta digital teria motivado as instituições financeiras a aderir ao movimento. "Você pode ver, esse negócio de carta aos brasileiros, à democracia, os banqueiros estão patrocinando. É o Pix que eu dei paulada neles, os bancos digitais que nós facilitamos", disse o presidente a apoiadores no final de julho. PÁGINA 2

CÂMARA MUNICIPAL

Conselho de Ética aprova cassação de vereador

PÁGINA 4

ILAN GOLDFAJN

Alta de juros nos EUA derruba PIB na AL

Cenários de aperto nas condições monetárias nos Estados Unidos têm como consequência uma redução de cerca de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) para os países da América Latina, afirmou Ilan Goldfajn, ex-presidente do BC (Banco Central) e diretor do FMI (Fundo Monetário Internacional) para o Hemisfério Ocidental, durante participação no evento Febraban Tech ontem, em São Paulo. "Se de fato vamos ter uma desaceleração ou recessão nos Estados Unidos, isso vai tirar do Brasil, do Peru, da Colômbia, de todos os países da América Latina, uma parte do PIB de crescimento", disse Goldfajn. Embora a expectativa seja de uma desaceleração da economia na região da América Latina, o diretor do FMI acrescentou que uma das consequências será uma acomodação nos preços das commodities, com reflexos para a desaceleração da inflação. "Vamos ficar mais preocupados com o crescimento, e menos com a inflação", afirmou o ex-presidente do BC. Segundo o especialista, a possibilidade de a economia americana não entrar em uma recessão é "muito pequena". PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -0,47% / 109.711,94 / -517.82 / Volume: 35.630.340.632 / Quantidade: 4.424.728

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
POSITIVO TECON NM	9.35	+10.26	+0.87
MINERVA ON NM	13.77	+7.33	+0.94
MARFRIG ON NM	13.65	+5.41	+0.70
BRASIL ON NM	41.74	+4.43	+1.77
VALE ON NM	72.49	+3.48	+2.44

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
BRF SA ON NM	14.99	–12.65	–2.17
MRV ON NM	10.11	–11.00	–1.25
AMERICANAS ON NM	13.28	–9.41	–1.38
PETZ ON NM	10.28	–9.03	–1.02
MAGAZ LUIZA ON NM	3.04	–7.60	–0.25

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	36.25	–2.32	–0.86
VALE ON NM	72.49	+3.48	+2.44
BRASIL ON NM	41.74	+4.43	+1.77
PETROBRAS ON N2	38.96	–1.89	–0.75
ITAUUNIBANCOPN N1	26.42	+0.15	+0.04

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	33.336,67	+0,08
NASDAQ Composite	12.779,912	-0,58
Euro STOXX 50	3.755,47	+0,05
CAC 40	6.544,67	+0,33
FTSE 100	7.465,91	-0,55
DAX 30	13.694,51	-0,05

Salário mínimo	R$ 1.212,00	IGP-M	0,21% (jul.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	-0,68% (jul.)	Compra: 5,3607	Venda: 5,5407
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(3/8)	13,75%	0,45	até o dia 11/ago	Compra: 5,1121	Venda: 5,1127
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(12/8)	0,74%	BM&F/grama	R$ 295,60	Compra: 5,1566	Venda: 5,1572
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(Ago/22)	0,2409%	Compra: 5,3202	Venda: 5,3208	Compra: 5,1758	Venda: 5,3558

Economia

MERCADOS

Dólar sobe a R$ 5,15, influenciado por exterior; Bolsa cai 0,47%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Um dia depois de atingir o menor nível em oito semanas, o dólar subiu, influenciado pelo mercado internacional. A Bolsa de Valores de São Paulo caiu após sete altas seguidas, puxada pela realização de lucros, quando investidores vendem ações para embolsar ganhos recentes.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,158, com alta de R$ 0,073 (+1,44%). A cotação chegou a operar próxima da estabilidade durante a manhã, mas passou a disparar após declarações de dirigentes do Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) de que o órgão continuará a ser rígido no combate à inflação nos Estados Unidos.

Com o desempenho de ontem, o dólar acumula queda de 0,31% em agosto. Em 2022, o recuo chega a 7,5%.

No mercado de ações, o dia foi marcado por ajustes. Após a euforia de quarta-feira, quando fechou no nível mais alto em mais de dois meses, o Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 109.718 pontos, com queda de 0,47%. Os investidores aproveitaram os preços altos das ações, depois de sete pregões seguidos de ganhos, para vender os papéis.

ILAN GOLDFAJN

Alta de juros nos EUA tira 0,5% de alta do PIB na AL

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

Cenários de aperto nas condições monetárias nos Estados Unidos têm como consequência uma redução de cerca de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) para os países da América Latina, afirmou Ilan Goldfajn, ex-presidente do BC (Banco Central) e diretor do FMI (Fundo Monetário Internacional) para o Hemisfério Ocidental, durante participação no evento Febraban Tech ontem, em São Paulo.

"Se de fato vamos ter uma desaceleração ou recessão nos Estados Unidos, isso vai tirar do Brasil, do Peru, da Colômbia, de todos os países da América Latina, uma parte do PIB de crescimento", disse Goldfajn.

Embora a expectativa seja de uma desaceleração da economia na região da América Latina, o diretor do FMI acrescentou que uma das consequências será uma acomodação nos preços das commodities, com reflexos para a desaceleração da inflação.

"Vamos ficar mais preocupados com o crescimento, e menos com a inflação", afirmou o ex-presidente do BC. Segundo o especialista, a possibilidade de a economia americana não entrar em uma recessão é "muito pequena".

O diretor do FMI disse ainda que o fato de os BCs da América Latina terem sido os primeiros a iniciar o processo de aumento dos juros contribuiu para impedir uma desancoragem das expectativas de inflação do mercado de médio e longo prazo.

"Essa reação rápida dos bancos centrais conseguiu manter ancorada a inflação longa, para 2024. No curto prazo a inflação é alta, mas ninguém acha que isso significa perda de controle", afirmou Goldfajn.

ABRACICLO

Produção de motos tem melhor julho desde 2015

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A produção de motocicletas do Polo Industrial de Manaus chegou a 104.776 unidades em julho, com alta de 3% sobre o resultado de junho (101.695 motocicletas) e de 10,3% na comparação com o mesmo mês do ano passado (95.025 unidades). No acumulado do ano, o total ficou em 776.069 motocicletas, com alta de 16,9% na comparação com o mesmo período de 2021 (663.888 unidades).

Segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), que divulgou os dados ontem. Este é o melhor resultado para os sete primeiros meses do ano desde 2015 (799.990 motocicletas). "Mesmo com as férias coletivas de junho e julho, as associadas realizaram um grande esforço de produção para atender a demanda do mercado", disse o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian.

De acordo com o levantamento mensal, em julho, foram vendidas 107.449 unidades, 11% a menos que em junho (120.841 unidades). Na comparação em o mesmo mês do ano passado, houve baixa de 4,5% (112.538 motocicletas). No acumulado do ano, os licenciamentos totalizaram 774.064 unidades, crescimento de 18,2% em relação ao mesmo período de 2021 (629.692 motocicletas).

A média diária de vendas de julho, que teve 21 dias úteis, foi de 5.119 motocicletas. É o melhor resultado para o mês desde 2014 (5.261 unidades emplacadas/dia). Na comparação com junho, também com 21 dias úteis, houve queda de 11% (5.754 motocicletas vendidas/dia). Na comparação com o mesmo mês do ano passado, que teve 22 dias úteis, os licenciamentos cresceram 0,1% (5.115 unidades/dia).

EXPORTAÇÕES

As exportações totalizaram 4.962 motocicletas em julho, aumento de 8,1% em relação a junho de 2022 (4.592 unidades). Na comparação com o mesmo mês do ano passado (6.026 motocicletas), houve queda de 17,7%. No acumulado do ano, foram embarcadas para o exterior 30.077 unidades, o que representa queda de 6,8%, quando comparado ao resultado do mesmo período de 2021 (32.286 motocicletas embarcadas)

De acordo com levantamento do portal de estatísticas de comércio exterior Comex Stat, que registra os embarques totais de cada mês, analisados pela Abraciclo, os três principais mercados em julho foram Colômbia (2.132 motocicletas e 40,6% do volume total exportado), Argentina (1.660 unidades e 31,6%) e Estados Unidos (758 motocicletas e 14,4%). No acumulado do ano, os principais destinos foram: Colômbia (9.128 motocicletas e 31% do volume total exportado), Argentina (7.845 unidades e 26,6%) e Estados Unidos (5.414 motocicletas e 18,4%).

FAKE NEWS

Campos Neto desmente Bolsonaro: bancos não tiveram prejuízo com Pix

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

Presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto afirmou ontem que os bancos não têm perdido dinheiro por conta do crescimento da adesão do Pix no mercado brasileiro.

"Não é verdade que os bancos perdem dinheiro com o Pix", afirmou Campos Neto, durante participação no evento Febraban Tech, em São Paulo, organizado pela entidade que representa as instituições financeiras.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) criticou a adesão dos bancos aos manifestos em defesa da democracia, com o argumento de que a criação do Pix e uma eventual perda de receita por conta da ferramenta digital teria motivado as instituições financeiras a aderir ao movimento.

"Você pode ver, esse negócio de carta aos brasileiros, à democracia, os banqueiros estão patrocinando. É o Pix que eu dei paulada neles, os bancos digitais que nós facilitamos", disse o presidente a apoiadores no final de julho.

Segundo Campos Neto, a perda de receita com transferências sofrida pelos bancos com o Pix é compensada pela abertura de novas contas e pelo próprio aumento das transações dentro do sistema financeiro.

Além disso, a retirada de dinheiro físico de circulação com a evolução do Pix no mercado também contribui para que os bancos consigam reduzir suas despesas, acrescentou o presidente do BC.

"Nossa visão não é sobre quem está perdendo e quem está ganhando. O objetivo é que (os bancos) tenham um pedaço menor de uma torta muito maior. Isso já estamos vendo no sistema financeiro. A gente quer bancarizar, queremos competição com inclusão", disse Campos Neto, acrescentando que o BC deve publicar nos próximos meses um estudo que vai mostrar o impacto do desenvolvimento do Pix no mercado para as receitas dos bancos.

Ele afirmou também que a economia está caminhando para um processo de tokenização (em referência aos tokens, criptoativos com lastro em ativos reais) em escala global, e que está nos planos da autoridade monetária iniciar mais à frente uma integração das novas frentes de tecnologia lançadas nos últimos anos, como o Pix e o Open Finance.

"Estamos entrando em uma fase de tecnologia muito interessante, em que se começa a juntar os pedaços que estavam muito soltos."

Esse processo, afirmou, irá culminar no lançamento de uma moeda digital estruturada pelo próprio BC, que deve começar a circular no mercado em meados de 2023, de acordo com o cronograma da autarquia.

"As pessoas estão procurando por representações digitais de algo que tenha valor", disse Campos Neto. "Estamos caminhando de forma rápida para um mundo tokenizado."

ABRAS

Consumo nos Lares encerra o semestre com alta de 2,2%

O índice do Consumo nos Lares Brasileiros, medido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), encerrou o primeiro semestre com alta de 2,20%. Na comparação de junho ante maio, o indicador apresentou alta de 0,1%. Em relação a junho de 2021, a alta é de 6,03%. Todos os indicadores são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a Abras, no primeiro semestre o consumidor optou por produtos de marca própria do supermercado, com preço de 20% a 30% mais baixo, trocou embalagens por aquelas que apresentavam maior economia ou melhor valor agregado e encontrou variedade de marcas nas gôndolas para compor sua cesta de consumo.

"A intensificação de ofertas nos supermercados e ampla variedades de marcas somadas aos recursos extras injetados na economia e a queda na taxa de desemprego impulsionaram o Consumo nos Lares Brasileiro no primeiro semestre", avalia a Abras.

Para enfrentar a alta da inflação dos alimentos, o consumidor fez compras mais planejadas, trocou marcas e buscou mais promoções, e o varejo intensificou as negociações comerciais com os fornecedores, ampliou o número de marcas e fez mais promoções nas lojas, disse a Abras.

"Com renda mais restrita, o consumidor não pode errar e, por isso, ele tem mais resistência a trocar de marca. Porém, o produto de marca própria tem alta qualidade, preço competitivo e ajuda a compor a cesta de abastecimento", explica o vice-presidente da Abras, Marcio Milan.

Segundo ele, o pagamento do pacote de benefícios aprovados pelo Congresso Nacional deve aumentar o consumo nos lares nos próximos meses, com cerca de 50% a 60% dos valores liberados pelo governo sendo destinados à cesta de consumo.

De acordo com os dados da Abras, o valor da cesta de 35 produtos de largo consumo (alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza) sofreu com o impacto da invasão da Ucrânia, clima adverso e altos custos de produção e transporte, e acumulou alta de 10,41%. Com isso, o preço médio da cesta nacional chegou a R$ 773,44 em junho. As altas mais expressivas no semestre foram puxadas por batata (55,81%), cebola (48,13%), leite longa vida (41,77%), feijão (40,97%) e queijo muçarela (36,10%).

PREVISÃO

Com a melhora no índice de inflação, o aumento do emprego formal e dos recursos que começaram a ser injetados na economia nesta semana com o pagamento dos auxílios do pacote de benefícios aprovados pelo congresso nacional, a Abras revisou as projeções do Consumo nos Lares Brasileiros.

"Esse dinheiro vai movimentar o consumo nos lares, então, o crescimento em ritmo moderado do primeiro semestre deve ficar para trás. Daqui para frente, o consumo tende a ser mais intenso e estável porque cresceu o número de famílias, aumentou o valor do benefício e novos auxílios foram criados para outras categorias profissionais: caminhoneiros e taxistas", avalia o vice-presidente da Abras.

Segundo a entidade, neste ano, o setor supermercadista que, previa crescimento de 2,80% no consumo nos lares, acredita em uma alta entre 3% e 3,30%. "Olhando para frente, o comércio tem ao menos três importantes datas para impulsionar as promoções e incentivar consumo nos lares: a Black-Friday, a Copa do Mundo e as festas de fim de ano", disse Milan.

SUPERMERCADOS

Batata, cebola e leite têm maiores altas do semestre

No primeiro semestre de 2022, os produtos com as maiores altas de preço em supermercados foram batata, cebola, leite longa vida, feijão e queijo muçarela, segundo pesquisa divulgada pela Abras (Associação Brasileira de Supermercados) ontem. O levantamento leva em conta cesta com 35 produtos definidos como de largo consumo, incluindo alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza.

A cesta como um todo acumulou alta de 10,41% entre janeiro e junho de 2022, atingindo R$ 773,44 em junho. Confira os produtos com maiores altas de preços em supermercados, segundo a Abras:

- Batata: 55,81%
- Cebola: 48,13%
- Leite longa vida: 41,77%
- Feijão: 40,97%
- Queijo muçarela: 36,1%

Também foi destaque o aumento de 13,4% no preço do sabão em pó, entre os produtos de limpeza. Dos produtos listados pela Abras, as menores variações de preço foram do açúcar e do queijo prato, que aumentaram 0,8%; do arroz, que aumentou de 1,8%; e do pernil, cujo preço caiu 3,8%.

Nota

CONAB ESTIMA SAFRA DE GRÃOS EM 271,4 MILHÕES DE TONELADAS EM 2021/2022

A produção de grãos brasileira deverá ficar em 271,447 milhões de toneladas, segundo o 11º Levantamento da Safra de Grãos divulgado ontem pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Se o resultado da temporada 2021/22 se confirmar, representará um crescimento de 15,9 milhões de toneladas (ou 6,2%) na comparação com a colheita registrada na safra 2020/21. "Com relação às culturas de primeira safra, com exceção do milho, todas (as safras) já estão colhidas. As culturas de segunda safra estão com colheitas bastante adiantadas, e as de terceira safra, bem como as culturas de inverno, estão próximas da conclusão de plantio", disse o presidente da Conab, Guilherme Ribeiro, ao anunciar os números. Segundo ele, a cultura de inverno deve ter plantio concluído na primeira quinzena de agosto.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

BALANÇO

BNDES lucra R$ 11,7 bilhões no 2º trimestre

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

O lucro líquido de R$ 11,7 bilhões obtido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no segundo trimestre de 2022 é 120,7% superior ao registrado no mesmo período de 2021. O novo relatório de resultados financeiros da instituição foi apresentado ontem.

De acordo com o BNDES, o desempenho foi impulsionado pela receita de R$ 3,8 bilhões com dividendos pagos pela Petrobras e pela arrecadação de R$ 1 bilhão com alienações de ações da Eletrobras. Também contribuiu com o resultado positivo a reversão de provisão para risco de crédito, consequência da liquidação da dívida do Grupo Oi, que pagou à instituição R$ 4,6 bilhões usando recursos da venda da Oi Móvel às operadoras Claro, Tim e Vivo. O BNDES possui atualmente R$ 68,6 bilhões em participações societárias, sendo 44% envolvendo ações da Petrobras. "Houve uma leve queda quando comparado com o trimestre anterior. É resultado da redução da nossa participação na Eletrobras e da desvalorização do preço das duas principais ações do nosso portfólio: Petrobras e JBS", disse Lourenço Tigre, diretor de finanças do BNDES.

O resultado recorrente, que exclui operações de desinvestimento da carteira de renda variável e provisões para risco de crédito, foi de R$ 9 bilhões. O montante representa um crescimento de 279,7% em comparação ao mesmo período de 2021. O patrimônio líquido da instituição encerrou o período somando R$ 129,3 bilhões. Segundo o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, foi registrado um recorde somando os números dos dois primeiros trimestres do ano. O resultado líquido nos seis meses iniciais de 2022 é de R$ 24,6 bilhões. "É o primeiro semestre mais rentável em termos de lucros nominais da história do BNDES", disse.

PROJETOS

A conclusão do processo de privatização da Eletrobras, movimentando R$ 33,68 bilhões, foi considerado o principal projeto do período conduzido pelo BNDES. Além disso, foram citados o leilão de rodovias no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, a concessão de parques estaduais, a modernização e ampliação de infraestrutura de aeroportos no Nordeste e no Centro-Oeste, a ampliação de parques eólicos e solares, entre outras iniciativas.

Os desembolsos registraram crescimento de 46% comparado ao mesmo período de 2021. Foram R$ 18,4 bilhões, dos quais R$ 9 bilhões para projetos de infraestrutura, o que representa 48,8% do total. De acordo com o banco, R$ 3,7 bilhões foram destinados a atividades relacionadas à economia verde e R$ 7,3 bilhões ao desenvolvimento social. As operações com micro, pequenas e médias empresas, num total de R$ 6,8 bilhões, representaram 37,2% dos desembolsos. Segundo Montezano, o BNDES vem passando por uma reestruturação, a exemplo do que ocorre em diversos países. "Outros bancos de desenvolvimento no mundo também estão migrando para uma atuação mais próxima de uma atuação no mercado com foco em agenda climática".

Ele disse ainda estar satisfeito, porque considera que a instituição está liderando esse movimento e sendo capaz de penetrar em diferentes setores. O BNDES vem empreendendo esforços para quitar uma dívida referente a aportes feitos pela União entre 2008 e 2014. Há um cronograma de pagamento pactuado com o Tribunal de Contas da União (TCU).

CYMI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ N.º 44.323.802/0001-08 - NIRE 33300341064

ATA DA AGE: 1. Data, hora e local: Realizada aos 14/07/22, às 11h, no RJ/RJ, na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021. **2. Convocação e Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas (**Anexo I**), e administradores da Cia. Dispensada a convocação face à presença de todos os acionistas, nos termos do §4º, do Art. 124, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A."). **3. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Daniel Agustín Bilat e secretariados pelo Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre *(i)* a alteração da denominação da Cia.; *(ii)* a alteração do objeto social da Cia.; *(iii)* a recondução e eleição dos membros da Diretoria da Cia.; *(iv)* a definição dos jornais nos quais a Cia. fará as suas publicações legais; *(v)* a reforma do Estatuto Social da Cia.; e *(vi)* a autorização para que os administradores da Cia. ora eleitos pratiquem todos os atos necessários ao registro e publicações da Cia. perante todas e quaisquer instituições públicas e privadas, conforme necessário. **5. Deliberações**: Foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade dos votos e sem ressalvas: **(i)** Alterar a denominação da Cia. de "**CYMI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A."** para "**VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.". (ii)** Alterar o objeto social da Cia. que passa a vigorar de acordo com a seguinte redação: "A Cia. é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social **(1)** a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado, composto pelas instalações de transmissão objeto do contrato de concessão referente ao Lote 01, do Leilão de Transmissão de Energia Elétrica nº 001/2022-ANEEL ("Contrato de Concessão"), localizadas nos estados de Minas Gerais e São Paulo e compostas pela: a) LT 500 kV Buritizeiro 3-São Gonçalo do Pará, C1, CS; b) LT 500 kV Buritizeiro 3- São Gotardo 2, C1 e C2, CD; c) LT 500 kV Pirapora 2- Buritizeiro 3, C1, e C2, CD; d) LT 500 kV Jaguara-Estreito, C2, CS; e) LT 500 kV Presidente Juscelino- Vespasiano 2, C1 e C2, CD; f) LT 500 kV Itabirito 2-Santos Dumont 2, C1, CS; g) SE 500/345 kV Santos Dumont 2- novo pátio LT 500 kV e transformação 500/345 kV; h) SE 500/345 kV Buritizeiro 3; (i) Trechos de LT 345 kV entre a SE Buritizeiro 3 e a LT 345 kV Pirapora 2-Várzea de Palma C1; (j) Trechos de LT 345 kV entre a SE Buritizeiro 3 e a LT 345 kV Pirapora 2- Três Marias C1; (k) Trechos de LT 345 kV entre a SE Santos Dumont 2 e a LT 345 kV Itutinga-Juiz de Fora 1 C1; (l) Trechos de LT 500 kV entre a SE São Gonçalo do Pará e a LT 500 kV Bom despacho 3-Ouro Preto 2, C1; e (m) Transferência do reator manobrável do terminal Bom Despacho 3 referente à LT 500 kV Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 C1 para a barra de 500 kV da SE São Gonçalo do Pará e **(2)** a execução de outras atividades afins ou correlatas à implantação e operação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, tais como investimentos em reforços, mas desde que não expressamente vedadas pelo Contrato de Concessão." **(iii)** Reconduzir, para fins de mandato unificado, os seguintes membros da Diretoria da Cia., o Sr. **MURILO MAGALHÃES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira Profissional n.º 871060168/D expedida pelo CREA/RJ, CPF/MF sob o n.º 829.271.117-15, residente e domiciliado no RJ/RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Centro, CEP 20.030-021, para ocupar o cargo de Diretor Técnico, e o Sr. **ROGÉRIO DINIZ DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, administrador, RG n.º 08.056.887-6- DIC/RJ, CPF/MF sob o n.º 002.782.367-90, residente e domiciliado no RJ/RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Centro, CEP 20.030-021, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro; e eleger os seguintes membros da Diretoria da Cia., o Sr. **DANIEL AGUSTÍN BILAT**, brasileiro, divorciado, industrial, RG n.º 31.038.159-5- DETRAN/RJ, CPF/MF sob o n.º 058.033.087-73, residente e domiciliado no RJ/RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro para o cargo de Diretor sem designação específica; e **CARLOS EDUARDO ASSUMPÇÃO OLESKO**, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG n.º 077751-1- Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) de Santa Catarina, CPF/MF sob o n.º 024.186.359-70, residente e domiciliado no RJ/RJ com escritório no RJ/RJ, na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1701 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com o mandato unificado de 03 anos, ou seja, até 14/07/25 na forma do Estatuto Social aprovado. Os membros da Diretoria ora eleitos são investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Cia., conforme constantes do **Anexo II** à presente ata, nos quais declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Art. 147 da LSA para a investidura como membros da Diretoria da Cia., e que a) não estão impedidos, por lei especial, para o exercício dos cargos para os quais foram eleitos, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; b) não foram declarados inabilitados para o exercício dos respectivos cargos por ato da CVM; e c) atendem ao requisito de reputação ilibada, não ocupando cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Cia. e não possuindo e/ou representando interesse conflitante com os interesses da Cia. Fica decidido que a fixação da remuneração global anual dos administradores da Cia. para o exercício social de 2022 é no montante de até R$ 1.000,00 (mil reais) a vigorar até a data em que for realizada a AGO que examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as DFs da Cia.; **(iv)** Aprovar que as publicações oficiais da Cia. serão realizadas no Município do RJ, no jornal "Diário do Acionista"; **(v)** Aprovar a reforma e nova redação do Art. 4, Art. 10 caput e §2º, bem como a inclusão dos Artigos 21, 22, 23 e 24 no Estatuto Social da Cia., cujo teor está anexo à presente ata na forma do **Anexo III**; e **(vi)** Autorizar os Diretores da Cia. a praticar todos e quaisquer atos necessários para registro e publicação da presente perante todas e quaisquer instituições e autoridades públicas e/ou privadas, conforme necessário e, ainda, para registro das ações emitidas nos livros próprios. **6. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a Ata referente a esta AGE, na forma de sumário, que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes, que autorizaram sua publicação sem as respectivas assinaturas, na forma do Art. 130, §2º, da Lei nº 6.404/76. RJ, 14/07/22. **MESA:** Daniel Agustín Bilat - Presidente; Carlos Eduardo Assumpção Olesko - Secretário. **ACIONISTAS: CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.** - Daniel Agustín Bilat/ Carlos Eduardo Assumpção Olesko; **BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA** (representado por Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.).

ESTATUTO SOCIAL DA VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - CNPJ N.º 44.323.802/0001-08 - NIRE 33300341064: CAPÍTULO I: DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO: Artigo 1 - A companhia tem a denominação de **VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.** ("Companhia") e é uma sociedade anônima, de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2 - A Companhia tem sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, podendo abrir e extinguir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território nacional ou do exterior, mediante deliberação dos Diretores. Artigo 3 - A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II - OBJETO SOCIAL:** Artigo 4 - A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social **(1)** a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado, composto pelas instalações de transmissão objeto do contrato de concessão referente ao Lote 01, do Leilão de Transmissão de Energia Elétrica nº 001/2022-ANEEL ("Contrato de Concessão"), localizadas nos estados de Minas Gerais e São Paulo e compostas pela: (a) LT 500 kV Buritizeiro 3-São Gonçalo do Pará, C1, CS; (b) LT 500 kV Buritizeiro 3- São Gotardo 2, C1 e C2, CD; (c) LT 500 kV Pirapora 2- Buritizeiro 3, C1, e C2, CD; (d) LT 500 kV Jaguara-Estreito, C2, CS; (e) LT 500 kV Presidente Juscelino- Vespasiano 2, C1 e C2, CD; (f) LT 500 kV Itabirito 2-Santos Dumont 2, C1, CS; (g) SE 500/345 kV Santos Dumont 2- novo pátio LT 500 kV e transformação 500/345 kV; (h) SE 500/345 kV Buritizeiro 3; (i) Trechos de LT 345 kV entre a SE Buritizeiro 3 e a LT 345 kV Pirapora 2-Várzea de Palma C1; (j) Trechos de LT 345 kV entre a SE Buritizeiro 3 e a LT 345 kV Pirapora 2- Três Marias C1; (k) Trechos de LT 345 kV entre a SE Santos Dumont 2 e a LT 345 kV Itutinga-Juiz de Fora 1 C1; (l) Trechos de LT 500 kV entre a SE São Gonçalo do Pará e a LT 500 kV Bom despacho 3-Ouro Preto 2, C1; e (m) Transferência do reator manobrável do terminal Bom Despacho 3 referente à LT 500 kV Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 C1 para a barra de 500 kV da SE São Gonçalo do Pará e **(2)** a execução de outras atividades afins ou correlatas à implantação e operação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, tais como investimentos em reforços, mas desde que não expressamente vedadas pelo Contrato de Concessão. **CAPÍTULO III - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES:** Artigo 5 - O capital social da Companhia é de R$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. § Primeiro - Todas as ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. § Segundo – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIAS GERAIS:** Artigo 6 - As Assembleias Gerais serão ordinárias ou extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e as extraordinárias, sempre que os interesses sociais exigirem. Artigo 7 - As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer membro da Diretoria, ou, ainda, por acionista, nos termos da Lei n.º 6.404 de 1976. § Primeiro - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, em 1ª (primeira) convocação, e de 5 (cinco) dias úteis, em 2ª (segunda) convocação. § Segundo - As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social votante, em 1ª (primeira) convocação, e com qualquer número de acionistas em 2ª (segunda) convocação, e serão presididas alternadamente por representante de cada um dos acionistas, o qual escolherá o secretário. Artigo 8 - Compete privativamente à Assembleia Geral: (i) a modificação do objeto social da Companhia; (ii) o aumento do capital social; (iii) a redução do capital social da Companhia; (iv) a emissão pública ou privada, no Brasil ou no exterior, primária ou secundária, de quaisquer ações, debêntures ou quaisquer outros valores mobiliários (conversíveis ou não) pela Companhia, caso aplicável, ou a oferta primária ou secundária de quaisquer títulos da Companhia, caso aplicável, em bolsa de valores ou outro sistema equivalente, no Brasil ou no exterior; (v) a criação de qualquer classe de ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, bem como a conversão de ações em qualquer outra classe ou espécie, ressalvada a emissão de ações ordinárias ou preferenciais; (vi) a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou criação de nova classe mais favorecida; (vii) o pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (viii) alteração da política de distribuição de dividendos da Companhia e a distribuição de dividendos pela Companhia, sem prejuízo do disposto no Artigo 23, §1º; (ix) qualquer distribuição de juros sobre capital próprio pela Companhia; (x) a criação de qualquer reserva estatutária, reserva para contingências, reserva de capital ou reserva de lucros a realizar da Companhia, caso aplicável, assim como qualquer retenção de lucros ou a aprovação de um orçamento de capital, ressalvados o disposto nos Orçamentos Anual e Plurianual; (xi) qualquer incorporação (incluindo incorporação de parcela cindida do capital de outra sociedade), incorporação de ações, fusão, cisão, transformação, reorganização ou consolidação de negócios envolvendo a Companhia, assim como qualquer desdobramento, grupamento, cancelamento, compra de ações para manutenção em tesouraria ou resgate de ações de emissão da Companhia; (xii) a dissolução ou liquidação da Companhia ou a cessação de seu estado de liquidação, incluindo a nomeação ou remoção de liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes; (xiii) a fixação ou a alteração de quaisquer remunerações, bônus e/ou benefícios a serem pagos, a qualquer título, aos administradores ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, observados os parâmetros definidos no Orçamento Plurianual; (xiv) a outorga de opção de compra de ações (ou modificação nas opções já outorgadas) aos administradores, aos empregados ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, ou a qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, organizado de acordo com a legislação brasileira ou estrangeira, que preste serviços à Companhia, acima dos valores previstos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual; (xv) a aprovação de reformas e modificações ao Estatuto Social da Companhia; (xvi) participação da Companhia em qualquer grupo de sociedades (conforme artigo 265 da Lei n.º 6.404 de 1976); (xvii) a aquisição, alienação, oneração ou, conforme aplicável, arrendamento de (a) participação em qualquer sociedade ou qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, ou (b) qualquer estabelecimento, exceto conforme previsto nos Orçamentos Plurianual e Anual; (xviii) a realização de quaisquer investimentos ou desinvestimentos pela Companhia em sociedades, fundos de investimento em participações, consórcios ou joint ventures, ou a celebração, rescisão, distrato, resilição ou renovação de quaisquer parcerias, acordos, incluindo acordos de acionistas ou alianças similares com quaisquer terceiros; (xix) exceto conforme já aprovado nos Orçamentos Plurianual e Anual, a realização de qualquer investimento ou desinvestimento pela Companhia, incluindo a realização de quaisquer investimentos ou desinvestimentos em mercado financeiro ou de capitais, em valor superior a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (xx) a modificação do Orçamento Plurianual e aprovação e modificação do Orçamento Anual; (xxi) a revisão e ratificação do Orçamento Plurianual anualmente; (xxii) exceto pelas operações já previstas nos Orçamentos Plurianual e Anual e qualquer de suas alterações posteriores, a aquisição, alienação, oneração ou arrendamento de bens do ativo da Companhia de qualquer valor, independentemente de sua utilização operacional, ou a aquisição, alienação, transferência, oneração ou arrendamento de uma parcela relevante (em uma operação ou em uma série de operações relacionadas) dos ativos ou dos negócios da Companhia, em qualquer caso de valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses; (xxiii) exceto conforme já aprovado nos Orçamentos Plurianual e Anual, a obtenção de qualquer endividamento em valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (xxiv) a concessão de empréstimos de qualquer valor ou prestação de quaisquer garantias em favor de terceiros ou afiliadas, incluindo fiança ou aval, pela Companhia e as garantias aprovadas para a obtenção de financiamentos da própria Companhia, exceto a garantia exigida para importação de equipamentos pela Companhia; (xxv) a realização de quaisquer atos que resultem em quaisquer ônus ou gravames nos ativos da Companhia, em valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (xxvi) a celebração pela Companhia de quaisquer contratos, transações ou operações entre (a) de um lado, a Companhia, e (b) de outro lado, quaisquer Partes Relacionadas (conforme significado definido no item 9 do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 03 de setembro de 2010); (xxvii) a celebração ou alteração de qualquer contrato ou a realização de qualquer operação pela Companhia, que resulte em qualquer obrigação de exclusividade ou não competição; (xxviii) a criação ou o início de atuação em qualquer novo ramo de negócio ou atividade distinto do curso normal dos negócios da Companhia, bem como o encerramento ou a alteração de qualquer negócio ou atividade desenvolvida ou explorada dentro do curso normal dos negócios da Companhia; (xxix) a contratação de operações de mercado futuro, derivativos e contratação de hedge; (xxx) a aquisição, alienação, cessão do uso, oneração ou licenciamento, seja gratuito ou oneroso, de qualquer propriedade intelectual da ou pela Companhia; (xxxi) a antecipação ou prorrogação do prazo de recebimento, ou liquidação antecipada de obrigações, da Companhia, de qualquer valor não previsto nos Orçamentos Plurianual e Anual; (xxxii) a rescisão, resilição, aditamento ou renúncia a direitos relacionados a contratos relevantes em que seja parte a Companhia; (xxxiii) qualquer ato cuja natureza seja diferente do tipo de negócio realizado no curso normal dos negócios da Companhia; (xxxiv) o pedido de cancelamento de registros, licenças ou autorizações, por parte da Companhia; (xxxv) a eleição da Diretoria e de membros de quaisquer comitês, estatutários ou não; (xxxvi) qualquer notificação, início de perícia técnica, procedimento arbitral ou ação judicial relacionada a contratos com Partes Relacionadas; (xxxvii) aprovação e distribuição de dividendos intercalares e intermediários; e (xxxviii) autorizar a realização de qualquer pagamento ou desembolso, a assunção de qualquer obrigação ou compromisso, bem como a celebração de qualquer contrato ou acordo, em valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses, por parte da Companhia, que não estejam previstos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual. § Único - Os quóruns de aprovação referentes às matérias previstas nas alíneas do *caput* desse Artigo 8º serão por maioria absoluta de votas, conforme disposto na Lei nº 6.404/76, salvo aquelas demandem quórum específico, conforme disposto na legislação aplicável. **CAPÍTULO V - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA:** Artigo 9 - A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Seção I - DIRETORIA:** Artigo 10 – A Diretoria será constituída por 04 (quatro) membros, ambos residentes e domiciliados no país, eleitos, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. § Primeiro - Os Diretores terão as atribuições estabelecidas nos parágrafos abaixo e no Artigo 12. § Segundo - Os membros da Diretoria terão as seguintes denominações específicas: (i) 01 Diretor Administrativo e Financeiro, (ii) 01 Diretor Técnico, bem como 02 (dois) Diretores sem designação específica. § Terceiro - O Diretor Administrativo e Financeiro, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável pela implementação, monitoramento e controle das políticas, diretivas e atividades financeiras, contábeis e administrativas da Companhia, tendo autonomia integral no desenvolvimento e execução de suas atividades. No exercício de suas atividades, o Diretor Administrativo e Financeiro será responsável pela coordenação e supervisão das Gerências Financeira, de Controle, de Contabilidade, de Recursos Humanos, Administrativa e de Tecnologia da Informação, as quais terão suas atribuições específicas definidas pelo Diretor Administrativo e Financeiro. § Quarto - Caberá ainda ao Diretor Administrativo e Financeiro elaborar e apresentar aos comitês competentes, estatutários ou não, o quadro de acompanhamento dos efetivos desembolsos ocorridos para a implantação de empreendimentos, referentes aos 3 (três) meses anteriores, contendo os pagamentos mensais referentes à construção de empreendimentos, devidamente deflacionados de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado para a data base referenciada em 1º de maio de 2014, bem como a documentação de suporte dos desembolsos realizados. § Quinto - O Diretor Técnico, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável por todas as questões técnicas relacionadas diretamente à implantação de empreendimentos da Companhia, a eventual contrato de EPC, aos subcontratos de empresas construtoras, à contratação e pagamento de fornecedores, à operação e manutenção de empreendimentos e ao encaminhamento de informações técnicas, dentre as quais as medições mensais e documentos de acompanhamento elaborados no âmbito de eventual contrato de EPC, aos comitês competentes, estatutários ou não. Caberá ainda ao Diretor Técnico requerer às construtoras contratadas a aquisição dos materiais e/ou equipamentos a serem adquiridos pela Companhia. § Sexto - Os Diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio. § Sétimo - Terminado o prazo do mandato, os Diretores permanecerão nos seus cargos até a posse dos seus sucessores. Artigo 11 – Ocorrendo vacância do cargo de Diretor, será convocada Assembleia Geral, no prazo 10 (dez) dias úteis, contado da verificação da vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato. Artigo 12 – Ressalvados os atos para os quais a competência seja, por lei, pelo presente Estatuto Social ou por acordo de acionistas, atribuída à Assembleia Geral, compete à Diretoria: (i) exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades da Companhia, exceto aqueles cuja competência esteja reservada à Assembleia Geral; (ii) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral; (iii) elaborar e submeter à Assembleia Geral, em cada exercício, o relatório da administração e as demonstrações financeiras; (iv) elaborar e submeter à Assembleia Geral as solicitações de aumento de capital; (v) postergar o prazo de pagamento de quaisquer recebíveis ou liquidação de obrigações, da Companhia, de qualquer valor, conforme previsto no Orçamento Plurianual; (vi) apresentar ao Comitês de Gestão as demonstrações financeiras trimestrais em até 10 (dez) dias após sua elaboração; (vii) efetuar qualquer contratação e demissão de empregados e alterações nos termos e condições dos seus respectivos contratos de trabalho, níveis salariais, forma de remuneração e benefícios concedidos, desde que estejam dentro do limite do Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento; (viii) constituir procuradores *ad negocia* e *ad judicia*; (ix) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; (x) submeter aos membros do Comitê de Gestão todo e qualquer documento e/ou informação requerida; (xi) cumprir o Orçamento Anual, sendo admitidos acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento), desde que o Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento não seja de qualquer forma excedido; e (xii) cumprir, a qualquer tempo, as Políticas Anticorrupção da Companhia. Artigo 13 – Ressalvado o disposto no § único, a Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma: (a) pela assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) pela assinatura de 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador; ou (c) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto. § Único - As procurações da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, especificando os poderes outorgados, sendo vedada a outorga de poderes amplos de administração ou com prazo superior a 1 (um) ano, ressalvadas, nesta última hipótese, as procurações outorgadas (i) no âmbito do processo de financiamento de longo prazo da Companhia e (ii) a advogados para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, as quais poderão ser outorgados por prazo indeterminado, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto Social. Artigo 14 – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado da Companhia que a envolverem em obrigações estranhas ao seu objeto social, salvo quando previamente autorizados pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL:** Artigo 15 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente. § Primeiro - Caso venha a ser instalado, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento, para um mandato que durará até a primeira Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição, podendo ser reeleitos. § Segundo - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. Artigo 16 – Em caso de vacância no Conselho Fiscal, será convocada Assembleia Geral, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da verificação da vacância, para eleição do substituto e respectivo suplente, para complementar o restante do mandato. § Único - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS:** Artigo 17 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 18 – Ao fim de cada exercício, a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, observada a legislação então vigente, submetendo-as à Assembleia Geral, que, após aprová-las, as submeterá à Assembleia Geral juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. § Primeiro - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação da Assembleia Geral, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros. § Segundo - A Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Artigo 19 – Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções legais, serão aplicados: (i) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; e (ii) Os dividendos obrigatórios serão de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. § Primeiro – A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo restante do lucro líquido do exercício, se houver. § Segundo – Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, reverterão em favor da Companhia, na forma da lei, sendo convertidos em reserva de capital. § Terceiro – Eventual saldo do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, da declaração do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo anterior, deduzido ainda do valor destinado pela Assembleia Geral para outras reservas de lucros cuja constituição se faça necessária, poderá ser destinado à "Reserva de Dividendos Complementares". **CAPÍTULO VIII - LIQUIDAÇÃO:** Artigo 20 – A Companhia somente será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral nomear o liquidante e determinar a forma de liquidação, devendo o Conselho Fiscal funcionar durante todo o período da liquidação. **CAPÍTULO IX - ARBITRAGEM:** Artigo 21 - Qualquer controvérsia oriunda do presente Estatuto Social, que não seja resolvida amigavelmente ("Disputa"), com exceção das controvérsias referentes a obrigações de pagar que comportem, desde logo, processo de execução judicial e aquelas que possam exigir, desde já, execução específica serão resolvidos por arbitragem, de acordo com o previsto na Lei de Arbitragem (Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996 e alterações posteriores), mediante as condições que se seguem: (a) toda e qualquer controvérsia resultante e/ou relativa à interpretação deste Estatuto Social, incluindo quaisquer questões relacionadas à existência, validade ou término contratual, deve ser, obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem ("Regulamento de Arbitragem") da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), em vigência no momento do início da arbitragem. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão à CCI. Caso o Regulamento de Arbitragem contenha qualquer omissão, as disposições processuais da Lei de Arbitragem e do Código de Processo Civil serão aplicáveis, nesta ordem. (b) A sede da arbitragem será na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde será proferida a sentença arbitral. A arbitragem será regida pelas leis da República Federativa do Brasil e será uma arbitragem de direito, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. Os acionistas e a Companhia concordam em envidar seus melhores esforços para alcançar solução rápida, econômica e justa a qualquer conflito submetido à arbitragem. A língua oficial da arbitragem será o Português. (c) O tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral") será constituído por 3 (três) árbitros, cabendo ao(s) autor(es) do pedido arbitral conjuntamente, de um lado, a indicação de um árbitro, por outro lado, caberá(ao) ao(s) réu(s), conjuntamente, a indicação de outro árbitro. Os árbitros indicados, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral. Caso o(s) autor(es) e/ou o(s) réu(s) deixe(m) de indicar árbitro e/ou os 2 (dois) árbitros indicados pelos mesmos deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da CCI indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento de Arbitragem. (d) Durante o procedimento, cada parte envolvida no conflito será responsável por seus próprios custos de arbitragem, incluindo honorários advocatícios. Os honorários dos árbitros e demais despesas com a arbitragem deverão ser rateados entre as partes envolvidas no conflito em proporções iguais. (e) A parte sobre a qual for imposta a decisão desfavorável deverá pagar os honorários e despesas havidas com os árbitros e com a CCI, se de outro modo não for estabelecido na decisão arbitral. As partes arcarão com os custos e honorários dos seus respectivos advogados, sem prejuízo dos ônus da sucumbência, fixados pelo Tribunal Arbitral. (f) Cada parte e a Companhia permanecem com o direito de propor no juízo comum competente as medidas judiciais que visem à obtenção de provimentos cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do Tribunal Arbitral, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Para o exercício das citadas tutelas jurisdicionais, fica eleito o foro da C

INVERNO: Sol, e pancadas de chuva de manhã. À noite, tempo firme. Manhã Tarde Noite 24º 16º 85% 06:20 17:35

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Mês Vocacional 2022

'Cristo Vive! Somos suas testemunhas'
'Eu vi o Senhor' (Jo 20,18)

Agosto é um mês especial para a Igreja: é o Mês Vocacional e muito abençoado por Deus. Somos chamados a rezar por todas as vocações na Igreja.

No primeiro domingo desse Mês Vocacional, lembramos da vocação ao ministério ordenado e de todos os presbíteros, diáconos e bispos. É um dia para, além de parabenizar, rezar por todos os padres cujo dia foi 4 e também pelos diáconos, no dia 10. Que todos os padres sejam bons pastores para o seu rebanho e fiéis ao chamado que Deus lhes fez. Temos que rezar sempre para que nunca faltem sacerdotes para conduzir o povo de Deus, que muitos jovens aceitem o chamado que Deus lhes faz e com coragem assumam a vocação.

Em muitas dioceses, sobretudo nos lugares mais longínquos, estão faltando padres. Em muitos lugarejos, a missa acontece uma vez por mês ou mais. Até mesmo nas grandes cidades, onde normalmente havia dois ou três padres nas paróquias, agora, geralmente, só tem um. O mundo mudou muito. Há muitos atrativos para os jovens que não tinham antigamente. Por isso, guiemos os nossos jovens para o caminho do bem e da Igreja e rezemos para que muitos abracem a vocação sacerdotal e religiosa. Rezemos também por nossos padres para que perseverem em sua vocação e que sejam livres de todos os perigos.

Além de rezar e parabenizar os padres nesse dia, temos que ajudar os presbíteros a serem fiéis em sua missão. Os padres muitas vezes vivem sozinhos e precisam de companhia, da mesma forma que muitas vezes os paroquianos precisam da companhia do sacerdote.

A vocação é "dom de Deus". Seja qual for a vocação, ela é abençoada por Deus. É Ele quem chama para servi-Lo mais de perto em determinada vocação. Por isso, durante esse mês de agosto, agradeça a Deus pela vocação que Ele te chamou e peça para que possa ser fiel a essa vocação.

No segundo domingo do mês de agosto, recordamos a vocação à paternidade, o Dia dos Pais e o início da Semana Nacional da Família. Rezemos para que todas as famílias sejam abençoadas por Deus e todos os pais sejam fiéis às suas esposas e suas famílias. As famílias têm um lugar especial na Igreja e são abençoadas por Deus. Na família se aprende o verdadeiro valor do amor e da fé. Que os pais amem verdadeiramente os seus filhos e suas esposas e sejam pais de família responsáveis.

No terceiro domingo do mês, Solenidade da Assunção de Maria, lembraremos da vocação à vida religiosa e consagrada, que assim como Nossa Senhora, que abraçou livremente o chamado de Deus e deu o seu "sim", os religiosos e religiosas abracem com amor a vocação que Deus lhes chamou. A vida religiosa é a alegria da Igreja e os religiosos intercedem pela Igreja e rezam pelas necessidades da Igreja.

Por fim, no quarto domingo do mês, lembramos da vocação aos vários ministérios na Igreja (ministros das exéquias, da sagrada comunhão e tantos outros), e no último domingo (neste ano é o quarto) também rezamos pelos catequistas. Eles são o braço direito do padre. O primeiro catequista da paróquia é o padre, mas, devido aos inúmeros afazeres, ele não pode estar nas turmas de catequese. Por isso, delega leigos para essa função. Rezemos para que não faltem leigos para assumirem essa missão na Igreja e pessoas dispostas a transmitirem a fé aos demais fiéis. A catequese abarca a vida toda da pessoa, ou seja, desde a catequese de batismo até a vida adulta.

Para esse ano, a comissão para os Ministérios Ordenados e a vida consagrada da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) escolheu um tema para nortear o Mês Vocacional: "Cristo Vive! Somos suas testemunhas" e o lema: "Eu vi o Senhor" (Jo 20,18).

Os discípulos foram testemunhas da ressurreição do Senhor e deram início à Igreja primitiva, anunciando que Cristo Vive. Anunciavam com alegria a ressurreição do Senhor e o Espírito Santo os guiava.

Nos dias de hoje, todos os batizados são discípulos e missionários do Senhor e todo vocacionado deve ser testemunha da ressurreição e anunciar com alegria que Cristo vive. O vocacionado deve trazer em si a alegria, até para poder animar os outros a abraçarem a vocação. Não pode ser sacerdote, religioso ou religiosa, catequista ou pai de família de maneira triste e fazer as coisas com raiva, tem que abraçar a vocação com amor, além de desejar aquela vocação.

Para assumir uma vocação, tem que assumir de forma madura e com vontade própria, sem imposição ou desejo de outra pessoa. Que Deus nos abençoe e a Virgem Maria, Mãe das vocações, direcione os passos de todos os vocacionados, para que possam fazer a escolha certa. Amém.

Câmara Municipal

Conselho aprova relatório que pede cassação de Gabriel

LOLA FERREIRA/UOL/FOLHAPRESS

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou ontem, por unanimidade, o relatório do vereador Chico Alencar (PSOL) que pede a cassação de Gabriel Monteiro (PL) por quebra de decoro após denúncias de estupro, assédio, perseguição a colegas da Casa e outras condutas vistas como inadequadas para um parlamentar.

Agora, o pedido de cassação será levado ao plenário da Câmara para ser votado no próximo dia 16, onde precisa de voto favorável de 2/3 dos parlamentares para ser aprovado. Monteiro é candidato a deputado federal. No entendimento do conselho, a legislação eleitoral em vigor não impede que ele dispute um eventual mandato na Câmara dos Deputados, caso seja cassado, uma vez que uma eventual decisão será posterior à homologação da candidatura do vereador.

Os membros do conselho são Alexandre Isquierdo (União Brasil), presidente, Rosa Fernandes (PSC), Luiz Ramos Filho (PMN), Teresa Bergher (Cidadania), Zico (Republicanos) e Wellington Dias (PDT), além do relator Chico Alencar.

As condutas de Gabriel Monteiro que ferem a ética, de acordo com o relator, são:

— "Filmagem e armazenamento de vídeo em que o mesmo pratica sexo com adolescente;

— Exposição vexatória de crianças por meio da divulgação de vídeos manipulados;

— Exposição vexatória, abuso e violência física contra pessoa em situação de rua;

— Assédio moral e sexual contra assessores do mandato;

— Perseguição a vereadores com a finalidade de retaliação ou promoção pessoal;

— Uso de servidores de seu gabinete parlamentar para a atuação em sua empresa privada;

— Denúncias contundentes de estupro por quatro mulheres que relatam o mesmo modus operandi.

Chico Alencar afirma, com base nas provas e testemunhas, que Monteiro usava seu mandato para obedecer a uma lógica própria, "dependente do tipo de atuação exibicionista e sensacionalista adotada por ele".

Os advogados de Monteiro, Pedro Henrique dos Santos e Sandro Figueiredo, afirmaram, em nota, que seu cliente é inocente e pediram o indeferimento e o arquivamento do processo. A defesa fala em "complô" contra o parlamentar e rebate as principais acusações do relatório.

Em relação à idade da adolescente gravada em relação íntima, Monteiro sustenta que não sabia da idade real dela, que é de 15 anos. No relatório, Chico Alencar expõe que assessores afirmaram ao conselho que o vereador chamava a jovem de "sua novinha" e "sua bebê" e que ela já foi até a casa de Monteiro - que também funcionava como ilha de edição dos vídeos- de uniforme escolar.

Os depoimentos apontam que Monteiro praticava sexo com menores de idade na frente de seus assessores, de acordo com o relatório.

A defesa também refuta as denúncias de que um assessor de Monteiro ofereceu R$ 400 para que um homem em situação de rua jogasse a bolsa de uma mulher -também assessora do vereador- na rua. A defesa argumenta que Monteiro não esteve no local, por isso não pode ser implicado.

O relatório considera que tal episódio foi de "conduta eticamente reprovável, repugnante, violadora da dignidade da pessoa humana e inteiramente incompatível com o decoro que se espera de um membro do Parlamento".

Os vídeos que têm interação com crianças, de acordo com a defesa, não quebram decoro porque elas estavam acompanhadas por outros adultos e uma delas "nutre carinho" por Monteiro.

Por fim, a defesa afirma: "o parlamentar jamais realizou qualquer ação que possa, mesmo em tese, [ter] ferido a ética e o decoro parlamentar".

Usina

Angra 1 realiza parada para reabastecer combustível

A usina nuclear Angra 1 será desligada do Sistema Interligado Nacional (SIN) à meia-noite de amanhã para realizar o reabastecimento de combustível.

A informação foi dada ontem pela Eletronuclear, empresa responsável pela construção e operação das usinas nucleares no Brasil. Trata-se de uma parada programada, feita em comum acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e tem duração prevista de 45 dias. Durante esse período, cerca de um terço do combustível nuclear será substituído. Serão feitas também atividades de inspeção e manutenção periódicas e diversas modificações de projeto, que exigem que a usina esteja desligada. De acordo com a Eletronuclear, foram programadas 4.430 tarefas no total.

O escopo foi ampliado, incluindo atividades que foram postergadas na última parada, reduzida ao mínimo necessário por conta da pandemia do coronavírus, informou a estatal, por meio de sua assessoria de imprensa. Para executar os trabalhos, foram contratadas empresas nacionais e internacionais, somando 1.260 profissionais, sendo 64 estrangeiros, que atuarão em conjunto com as equipes da Eletronuclear.

Além do reabastecimento, serão efetuadas a manutenção nos transformadores principais e auxiliares; revisão de válvulas do sistema de controle da turbina; revisão geral dos atuadores das válvulas de água de alimentação principal; revisão dos selos de uma das bombas de refrigeração do reator; e substituição do motor de outra bomba de refrigeração do reator.

Estão previstas ainda a inspeção visual das soldas do sistema primário; a inspeção das tubulações internas do sistema essencial de água de serviços; a medição do tempo de resposta do sistema de proteção do reator; manutenção e diagnóstico de válvulas motorizadas; e inspeções visando à extensão da vida útil de Angra 1, entre outras tarefas.

A Eletronuclear esclareceu que, enquanto Angra 1 permanecer desligada, o ONS despachará a energia de outras usinas do sistema interligado, visando garantir um abastecimento seguro de eletricidade para o país.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA 7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A
CNPJ 43.173.625/0001-68

Convidamos os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral ordinária e extraordinária, que se realizarão no dia 18 de agosto de 2022 às 10h00min na Rua Dona Romana, nº 322, Engenho Novo, CEP 20.710-200, com a seguinte Ordem do Dia: a) Eleição do Conselho de Administração e sua remuneração; b) Remuneração da Diretoria; c) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; d) Reforma do Artigo 5º e 27º do Estatuto; e) Outros assuntos de interesse geral.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2022
Hélio de Melo Lima
Diretor Administrativo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA 7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO
7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A
CNPJ 43.173.625/0001-68

Convidamos os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral ordinária e extraordinária, que se realizarão no dia 18 de agosto de 2022 às 11h00min na Rua Dona Romana, nº 322, Engenho Novo, CEP 20.710-200, com a seguinte Ordem do Dia: a) Eleição do Conselho de Administração e sua remuneração; b) Remuneração da Diretoria; c) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; d) Reforma do Artigo 5º e 27º do Estatuto; e) Outros assuntos de interesse geral.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2022
Hélio de Melo Lima
Diretor Administrativo

MAGIC PARATY POUSADA LTDA.
CNPJ: 25.454.409/0001-09 - NIRE: 3321021273-7 1

Ata de Reunião de Sócios: 1. Data, hora e local: No dia 01/08/2022, às 10hs, na sede da Magic Paraty Pousada Ltda. ("Sociedade"), na Rua Beija Flor, 165, Gleba 11, Lt 5-A, Qd 90, Caborê, CEP 23970-000, Paraty/RJ. 2. Convocação: Convocação dispensada nos termos do artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406/02. 3. Presença: Reúnem-se os sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, sendo Jean-Marie Cédric Sans e Nadia Muriel Patricia Terrazzoni. 4. Mesa: Presidente: Jean-Marie Cédric Sans; Secretária: Nadia Muriel Patricia Terrazzoni. 5. Ordem do dia: Proposta de redução do capital social da Sociedade, com fulcro no inciso II do artigo 1.082 do Código Civil. 6. Deliberações: Os sócios, por unanimidade, aprovaram a redução do capital social da Sociedade dos atuais R$ 1.032.690,00 para R$ 1.000,00, mantendo-se o valor nominal de R$ 1,00 por quota, bem como a proporção de sua distribuição de metade para cada sócio. 7. Encerramento: Nada mais havendo a deliberar, deram por encerrada a presente Reunião, tendo-se antes sido lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos. RJ, 01/08/2022. Jean-Marie Cédric Sans; Nadia Muriel Patricia Terrazzoni

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2022

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 51/2022 no dia 24/08/2022 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar (CAPA PROTETORA, MATERIAL EXTERNO PLÁSTICO TRANSLÚCIDO, TIPO IMPERMEÁVEL, APLICAÇÃO PARA CABOS E MICROCÂMERA, DIMENSÕES 14,5CM X 1,5M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 TIRAS NAS EXTREMIDADES APROXIMADAMENTE 15CM OU FUNDO CEGO USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL; ELETRODO ECG ADULTO, HIPOALERGÊNICO, BOA ADESIVIDADE, DESCARTÁVEL; ELETRODO PARA MONITORIZAÇÃO CARDÍACA NEONATAL, COM ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGÊNICO REPOSICIONÁVEL, GEL CONDUTOR DE PRATA/CLORETO DE PRATA, ELETRODO E CABO RADIOTRANSPARENTE e etc). Processo nº. 33409.009805/2021-18. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro — SinepeRio

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos dos Estatutos do **SINEPE RIO** e legislação pertinente, ficam os associados deste Sindicato convocados para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, na próxima terça-feira, dia 16 de agosto de 2022, no auditório do Sinepe Rio – Rua da Assembleia, 77, 22º andar – Centro. A primeira convocação será às 13h30 e a segunda, caso necessário e nos termos estatutários, às 14h com o objetivo de cumprir a seguinte ordem do dia:
A) Deliberação e aprovação da proposta apresentada pelo SAAE para a Convenção Coletiva 2022/2023;
B) Deliberação e aprovação da Convenção Coletiva com o Sinpro 2022/2023;
C) Assuntos gerais.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2022.
Pedro Paulo de Bragança
Presidente

Escola Particular: liberdade e democracia começam aqui.
Escola forte tem sindicato forte.

Cervejaria Petrópolis S/A
CNPJ/MF nº 73.410.326/0001-60 – NIRE 33.300.273.930
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 25 de Julho de 2022

Data, hora e local: Aos 25/07/2022, às 09:00 horas, na filial da Cervejaria Petrópolis, na Estrada Batista Favoretti, nº 350, Boituva-SP. **2. Presença:** Reuniram-se, independentemente de convocação, conforme art. 12, §3º e §4º do Estatuto Social, os seguintes membros do Conselho de Administração, Senhor: Walter Carvalho Marzola Faria – Presidente do Conselho; e os Senhores Conselheiros, Paulo Sanches Campoi e Altair Roberto de Souza Toledo. **3. Ordem do dia: (i)** Destituição dos Membros da Diretoria Executiva; **(ii)** Eleição dos Membros da Diretoria Executiva de acordo com o Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** Contraprestação pecuniária dos membros da Diretoria. **4. Deliberações:** Após discussão dos membros do Conselho de Administração e com autorização do artigo 142, II, da Lei 6.404/76 e do artigo 13 "b" do Estatuto Social, deliberaram, por unanimidade de votos, conforme disposto no item 3 acima: **(i) pela destituição dos diretores**: **Diretor Presidente** – Sr. **Walter Carvalho Marzola Faria**, RG nº 7.244.665-1 SSP/SP e CPF/MF nº 733.979.898-68; **Diretora Vice Presidente** – **Giulia Isabella Cabrera Faria**, RG nº 48.396.508-x e CPF/MF nº 396.381.358-08; e **Diretor de Controladoria** – Sr. **Marcelo de Sá**, RG nº 28.129.779-4 e CPF/MF nº 184.082.918-40, reeleitos através da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada no dia 04/08/2021. **(ii) pela eleição da Diretoria com mandato para o triênio de 25/07/2022 a 24/07/2025 os seguintes membros: Diretor Presidente** – Sr. **Walter Carvalho Marzola Faria**, acima qualificado; **Diretora Vice Presidente** – **Giulia Isabella Cabrera Faria,** acima qualificada; e **Diretor de Controladoria e Finanças** – Sr. **Marcelo de Sá**, acima qualificado. **(iii)** Os membros do Conselho convencionam que os Diretores perceberão contraprestação pecuniária de até **R$ 100.000,00, conforme conveniência e disponibilidade da companhia. Em razão da deliberação acima, compõe a Diretoria da Companhia os seguintes Diretores, a saber: Diretor Presidente** – Sr. **Walter Carvalho Marzola Faria**, acima qualificado; **Diretora Vice Presidente** – **Giulia Isabella Cabrera Faria**, acima qualificada; e **Diretor de Controladoria e Finanças** – Sr. **Marcelo de Sá**, acima qualificado. **5. Declaração de desimpedimento:** Os Diretores assinarão termo de eleição, tornando-os assim empossados, sob as penas da lei e declaram que não estão impedidos por lei especial, bem como não estão respondendo criminalmente à quaisquer atos que impeçam de exercer atividades mercantis ou a administração de sociedades empresárias, e que tampouco foram condenados à qualquer pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **6. Encerramento:** O Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião, procedendo aos trabalhos de lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos Senhores Presidente e Conselheiros presentes. Boituva/SP, 25/07/2022. **Walter Carvalho Marzola Faria** – Presidente do Conselho; **Paulo Sanches Campoi** – Conselheiro; **Altair R. de Souza Toledo** – Conselheiro. **Visto do Advogado: Valeska Audrey Gonçalves** – OAB/SP 335.210. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 09/08/2022 sob o nº 00005037568 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 00-2022/615290-1 de 03/08/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho – Secretário Geral.

ANTI-GOLPISMO

Ato une sociedade com falas duras a favor da democracia

A mais ampla manifestação por democracia sob o governo de Jair Bolsonaro (PL) teve ápice na manhã de ontem com um ato na Faculdade de Direito da USP em que foi lida, sob aplausos e falas contra o autoritarismo, a carta iniciada na instituição e assinada por mais de 970 mil pessoas.

O texto, que não cita diretamente Bolsonaro, mas prega a manutenção do Estado democrático de Direito e o respeito às eleições diante das ameaças golpistas do presidente de contestar o resultado e questionar as urnas eletrônicas, foi precedido da leitura de outro manifesto, endossado por mais de cem instituições.

O movimento, a menos de dois meses do primeiro turno das eleições, é considerado um marco simbólico na reação da sociedade civil à escalada de ameaça às instituições promovida por Bolsonaro, que insufla apoiadores para saírem às ruas no 7 de Setembro, data do Bicentenário da Independência.

Segmentos que estavam inertes perante as intimidações, sobretudo no ambiente empresarial e financeiro, decidiram se juntar às mobilizações. Banqueiros, juristas, acadêmicos, artistas, sindicalistas e ativistas também participam, sob o discurso de união de divergentes em torno de um ideal maior.

A "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito" remete à histórica "Carta aos Brasileiros", apresentada em ato público em agosto de 1977, na mesma Faculdade de Direito da USP, o que marcou a luta contra a ditadura militar (1964-1985) e por redemocratização.

Oradores repudiaram nesta quinta, em tom de espanto e indignação, a necessidade de em pleno ano de 2022 a sociedade ter que brigar por democracia e respeito à Constituição de 1988.

"É uma situação esdrúxula essa, mas toda a nossa energia, toda a nossa coragem tem que ficar neste momento concentrada em salvar o que foi conquistado ao longo dos anos e que é a base do nosso futuro", disse o ex-presidente do Banco Central do Brasil Arminio Fraga.

Frisando que "as sociedades mais prósperas do planeta são todas democracias", Arminio disse que se sentia parte de um "grupo tão diverso, que tantas vezes no passado lutou em polos opostos, fazendo agora de tudo para preservar o que nos é sagrado, que é a nossa democracia".

O Poder Judiciário, que Bolsonaro frequentemente ataca como parte da estratégia de descredibilizar as instituições, foi defendido nos discursos, assim como a Justiça Eleitoral. As falas também enfatizaram o combate à fome e à desigualdade, além de exaltar direitos de minorias, como negros e mulheres.

O ambiente teve um clima de denúncia, mas também de celebração por estar materializada a revolta expressa nos documentos, divulgados há menos de um mês. A adesão virtual à carta idealizada na USP surpreendeu organizadores, que esperam bater a marca de 1 milhão de adesões.

O salão nobre e o pátio da faculdade, no largo São Francisco, região central de São Paulo, foram tomados por organizadores e convidados de diferentes segmentos sociais, partidos políticos e correntes ideológicas. A instituição é palco histórico de manifestações em defesa dos princípios legais.

Uma multidão de signatários e apoiadores da causa também se concentrou do lado de fora, inicialmente sob frio e garoa -depois o tempo abriu. A plateia acompanhou as falas que ocorriam dentro do prédio por um telão. Organizações como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo) fizeram marchas até o local.

Não foram registrados incidentes na mobilização na capital paulista. Atos simultâneos em outras universidades em todos os 26 estados brasileiros também tiveram a leitura da carta e discursos.

Apesar do frio, a amanhã foi calorosa dentro da faculdade, com uma confraternização de professores e alunos trocando abraços e relembrando histórias -todos usavam um broche da bandeira do Brasil com a frase "Estado de Direito sempre". De pele e cabelos brancos, juristas renomados contavam sobre a luta contra a ditadura e seu período na faculdade.

Faixas com referência ao regime militar foram estendidas no pátio das Arcadas, com mensagens como "ditadura nunca mais", "para que não se esqueça", "para que jamais aconteça". Outros apelos eram por "Estado de direito sempre" e "democracia sem fome".

"Temos aqui a reunião de sindicalistas, empresários e movimentos sociais da sociedade civil. Isso mostra que as eleições já têm um vencedor", discursou o diretor da Faculdade de Direito da USP, Celso Fernandes Campilongo.

"Esse vencedor é o sistema eleitoral brasileiro. Esse vencedor é a legalidade do Estado democrático de Direito sempre. E, principalmente, o mais importante, o vencedor das eleições é o povo brasileiro", completou.

Bolsonaro, que busca a reeleição, está em segundo lugar na corrida ao Planalto e tem 29% das intenções de voto, segundo a mais recente pesquisa Datafolha, de julho. Seu principal rival, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), lidera com 47%.

A carta foi lida por três professoras da USP, que se descreveram, respectivamente, como preta -Eunice Aparecida de Jesus Prudente-, branca -Maria Paula Dallari Bucci- e morena -Ana Elisa Bechara-, e um homem branco, o advogado Flávio Bierrenbach.

O pátio das Arcadas ficou lotado. Campilongo afirmou que 1.200 pessoas eram esperadas, além de 300 jornalistas credenciados e 100 alunos que ajudaram na organização. Ele disse à reportagem, no entanto, estimar que havia cerca de 2.500 pessoas dentro do prédio, além de 15 mil a 20 mil do lado de fora, também segundo seu cálculo.

Durante a leitura, espectadores ergueram o celular para gravar vídeos. No encerramento, o hino nacional foi executado no pátio. Parte do público entoou coros de "fora, Bolsonaro" e "olê, olê, olá, Lula, Lula". A cantora Daniela Mercury pediu respeito ao Estado de Direito e cantou a música "O Canto da Cidade".

O presidente da República acabou por legitimar as reações da sociedade ao falar nos últimos dias que as "cartinhas", como se referiu aos documentos, têm o objetivo de atingi-lo. Bolsonaro disse que jamais desafiou o regime democrático e ofendeu quem assinou os textos. Chamou os signatários de sem caráter e caras de pau e afirmou que entre eles há "empresários mamíferos".

Há alguns dias, ele escreveu em redes sociais aquela que seria sua própria carta em favor da democracia: "Por meio desta, manifesto que sou a favor da democracia", postou. O mandatário ironizou as mobilizações inclusive enquanto acontecia o ato no largo São Francisco.

Nesta quinta, o presidente apareceu nas redes para repercutir uma redução de preço anunciada pela Petrobras durante a manhã e afirmou: "Hoje, aconteceu um ato muito importante em prol do Brasil e de grande relevância para o povo brasileiro: a Petrobras reduziu, mais uma vez, o preço do diesel".

As investidas do mandatário sobre o sistema eleitoral e as instituições se intensificaram desde o 7 de Setembro de 2021 e devem se repetir na mesma data neste ano.

O presidente convoca apoiadores para irem às ruas em sua defesa -travestida como manifestação por liberdade e transparência na apuração eleitoral- no próximo dia 7, Bicentenário da Independência. A retórica agressiva e as menções às Forças Armadas agravaram o quadro.

A tensão se ampliou com a reunião com embaixadores convocada pelo governante no dia 18 de julho, no Palácio da Alvorada, em que ele repetiu mentiras sobre as urnas eletrônicas, atacou instituições e disseminou teorias da conspiração.

Lula e outros presidenciáveis, como Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB), assinaram o manifesto capitaneado pela USP, assim como os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB).

Segundo os organizadores do evento, os oradores foram orientados a evitar menções a Lula e a Bolsonaro, na tentativa de tornar o ato suprapartidário e alcançar todos os brasileiros -não foram permitidas faixas de partidos ou candidatos.

O petista, contudo, se fez presente em camisas e adesivos, principalmente do público do lado de fora.

A maior parte dos recados a Bolsonaro foi velada, mas a presidente do Centro Acadêmico 11 de Agosto, Manuela Morais, por exemplo, citou o presidente explicitamente.

"Entendemos que ser jovem, como nós somos, é não ter medo de denunciar o governo que quer implodir as pontes existentes no nosso caminho até a democracia real. Jair Bolsonaro ataca as liberdades democráticas não apenas quando questiona a segurança das urnas ou quando vocifera frente às instituições", disse.

O protocolo também foi quebrado pelo coordenador nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Paulo Rodrigues, que pediu voto no petista ao discursar da sacada para o público externo.

O líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) e candidato a deputado federal pelo PSOL, Guilherme Boulos, também fez campanha. "Vamos eleger Lula e a maior bancada democrática. E Bolsonaro vai sair da Presidência para cadeia."

Embora parte dos signatários das cartas declare abertamente voto em Lula, os organizadores afirmam que os documentos são suprapartidários. Na redação dos textos, foram tomadas precauções para limitar o conteúdo à questão democrática e evitar viés eleitoral pró-Lula ou anti-Bolsonaro.

Antes da "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito", foi lido também na Faculdade de Direito outro manifesto em favor da democracia, assinado por entidades como a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Apelidado de "carta dos empresários", o documento "Em Defesa da Democracia e da Justiça" uniu mais de cem organizações, inclusive parceiros improváveis, como a Fiesp, centrais sindicais (como CUT, Força Sindical e UGT), a Febraban, a Academia Brasileira de Ciências e a UNE.

O material faz apelos por respeito à soberania do voto, obediência à Constituição, apreço ao Judiciário e preservação da estabilidade democrática e do Estado de Direito. Também reforça a confiança na integridade do sistema eleitoral e na busca pacífica por desenvolvimento.

A mobilização foi a mais emblemática de setores do PIB contra os arroubos antidemocráticos do mandatário, que se intensificaram ao longo do mandato, iniciado em 2019. Apesar das adesões de peso, segmentos econômicos alinhados ao bolsonarismo evitaram endossar as manifestações.

O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, participou do evento. Escolhido para ler o manifesto ao microfone, o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, presidente da Comissão Arns, disse antes da leitura que, com a mobilização inédita, "capital e trabalho se unem em defesa da democracia".

À leitura da carta, diante do público de pé no salão lotado, seguiu-se uma longa salva de palmas. Gritos de "viva a democracia" foram ouvidos.

Ex-presidente da Fiesp, o empresário Horácio Lafer Piva discursou na tribuna em defesa dos pilares constitucionais: "Todos que estão aqui hoje lutam contra a apatia, contra o populismo, contra as ameaças. Lutam contra os riscos de deixar de lado o melhor de nós mesmos".

"Temos uma Constituição. Tudo está dito lá. Respeitemos", afirmou Piva, hoje presidente do conselho deliberativo da IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores).

O reitor da USP (Universidade de São Paulo), Carlos Gilberto Carlotti Junior, disse que "essa demonstração certamente inibe qualquer pensamento, qualquer tentativa de tirar do rumo o nosso país, a nossa democracia e o processo eleitoral".

"Após 200 anos de Independência do Brasil, deveríamos estar pensando em nosso futuro, em como resolver problemas graves. Mas estamos voltados a impedir retrocessos", afirmou o reitor. A presidente da OAB-SP, Patrícia Vanzolini, afirmou que "fora da democracia com direitos" não há caminho. "Não queremos sentir saudade da nossa democracia, por isso não podemos nem sequer flertar com a sua ausência."

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, definiu como natural a união das centrais sindicais e entidades patronais na assinatura da carta da Fiesp. Segundo ele, a democracia é um bem maior, que vai além das diferenças.

Ele reforçou que a busca por estabilidade política e econômica é fundamental para que as empresas sigam operando no Brasil e os trabalhadores tenham emprego. "Mantemos nossas diferenças nos acordos coletivos e na posição ideológica, mas concordamos que sem democracia fica pior."

"Estou aqui para uma redenção dos equívocos que pratiquei na última eleição. Vim lavar a alma", disse o advogado Luiz Carlos Magalhães, eleitor arrependido de Bolsonaro em 2018, enquanto acompanhava as falas.

Ele afirmou ter votado no presidente por insatisfação com o governo Dilma. "Foi uma época de revolta e, hoje, independentemente de partido, a gente entende que houve um golpe. Infelizmente ajudamos o país a chegar a essa situação", disse Magalhães.

Lula e outros presidenciáveis não foram ao ato. Estavam presentes o candidato do PT ao Governo de São Paulo, Fernando Haddad, que já foi presidente do 11 de Agosto, e Márcio França (PSB), que concorre ao Senado em sua chapa. Também havia deputados e candidatos, em sua maioria do PT, PC do B, PSB e PSOL.

BOLSONARO IRONIZA

O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a chamar o manifesto pela democracia lido ontem de "cartinha" e retomou os ataques ao ex-presidente Lula (PT) e aos demais signatários do texto.

O mandatário disse que a carta não servirá de "passaporte de bom moço" e criticou artistas que assinaram o manifesto.

Ele declarou em sua live semanal nas redes sociais que a CUT (Central Única dos Trabalhadores) subscreveu o texto porque "está com saudade" do imposto sindical obrigatório e que os artistas estão interessados no retorno da Lei Rouanet como funcionava antes de seu governo.

"Não tenho prova disso, mas com toda certeza acertaram com o cara deles a volta Lei Rouanet da forma que sempre existiu. No nosso governo botamos freio nisso. Até 2018 esses figurões que viviam elogiando o governo da época podiam pegar até R$ 10 milhões por ano.

COVID-19

País tem 173 mortes em 24 horas e total de óbitos chega a 681 mil

O Brasil chegou a 681.025 mortes por Covid desde o início da pandemia. Ontem, foram registrados 173 óbitos e 22.808 casos. Com isso, o país chega a 34.118.403 infecções.

São Paulo não atualizou os dados de Covid. Não houve esclarecimento do motivo.

A média móvel de casos apresenta queda pelo 21º dia consecutivo. Ela agora é de 22.405 infecções por dia, redução de 35% em relação ao dado de duas semanas atrás.

A média de morte permanece em estabilidade (sem variações superiores a 15% em relação a duas semanas antes) e agora é de 204 óbitos por dia.

Os dados do país, coletados até 20h, são fruto de colaboração entre Folha de S.Paulo, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1 para reunir e divulgar os números relativos à pandemia do coronavírus. As informações são recolhidas pelo consórcio de veículos de imprensa diariamente com as Secretarias de Saúde estaduais.

Ao todo, 180.298.064 pessoas receberam pelo menos a primeira dose de uma vacina contra a Covid no Brasil. Somadas as doses únicas da vacina da Janssen contra a Covid, já são 169.524.100 pessoas com as duas doses ou com uma dose da vacina da Janssen.

Assim, o país já tem 83,93% da população com a 1ª dose e 78,91% dos brasileiros com as duas doses ou uma dose da vacina da Janssen.

Até o momento, 102.478.139 pessoas já tomaram a terceira dose e 24.550.757 a quarta.

O consórcio reúne também o registro das doses de vacinas aplicadas em crianças. Com a ampliação da faixa etária que pode receber a vacina contra a Covid, o consórcio agora apresenta a população de 3 a 11 anos imunizada. Nessa faixa, a fatia parcialmente imunizada (com somente a primeira dose de vacina recebida) é de 51,19% e a que recebeu a segunda dose é de 33,09%.

SÃO PAULO

Em volta às origens, Lula vai começar campanha em fábrica

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu inaugurar sua campanha eleitoral com ato na porta da fábrica MWM Motores e Geradores, no bairro de Jurubatuba, na zona sul de SP. O evento está previsto para as 7h da próxima terça-feira, dia em que os candidatos podem começar a pedir votos publicamente. A MWM conta com forte influência da Força Sindical, que tem em Paulinho da Força um de seus principais líderes. O deputado e seu partido declararam apoio ao petista nas eleições.

"É uma volta às origens que, feita no início da campanha, mostra comprometimento com as pautas do sindicalismo", diz Miguel Torres, presidente da Força Sindical.

ROUBO MILIONÁRIO

Polícia cobrará devolução de quadros alvos de investigação

A Polícia Civil do Rio de Janeiro vai notificar os compradores dos quadros envolvidos em investigação de roubo milionário para que devolvam as obras. Entre os 16 quadros alvos da operação, há pinturas de Tarsila do Amaral, Cícero Dias e Di Cavalcanti.

Os quadros faziam parte do acervo da francesa Geneviève Rose Coll Boghici, 82, herdados há sete anos após a morte do marido, o marchand romeno Eugéne Boghici, conhecido como Jean Boghici. A filha do casal, Sabine Coll Boghici, e a vidente Rosa Stanesco Nicolau, conhecida como mãe Valéria de Oxóssi, estão entre os presos.

O grupo acusado de aplicar na viúva um golpe estimado em R$ 725 milhões foi alvo de operação na última quarta (10), na capital fluminense.

O "Elevador Social" (1966), de Rubens Gerchman, e "Maquete para Meu Espelho" (1964), de Antonio Dias, são os dois quadros que faltam ainda serem recuperados pela polícia.

Dos 16 quadros que foram roubados, segundo a polícia, 11 foram encontrados na casa da vidente, embaixo de uma cama. Os outros cinco foram vendidos para uma galeria em São Paulo.

A própria vítima, conforme os investigadores, recebeu a informação de que as obras estavam nessa galeria, e a polícia conseguiu recuperar três telas diretamente com a empresa, "O Sono", de Tarsila do Amaral, "O Menino", de Alberto Guingnard, e "Mascaradas", de Di Cavalcanti.

As outras duas, "Elevador Social", de Rubens Gerchman, e "Maquete para Meu Espelho", de Antonio Dias, porém, já foram vendidas para a coleção privada do argentino Eduardo Costantini, fundador do Malba (Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires).

No entanto, não será tão simples reaver esses trabalhos. Trazer essas pinturas de volta pode significar dar início a um longo processo, seja ele movido pela proprietária ou pelo próprio Estado, segundo especialistas ouvidos pela reportagem.

A proprietária mesmo pode entrar numa disputa judicial para reaver os itens alegando que esses foram vendidos a "non domino" –ou seja, uma comercialização que não foi feita pelo proprietário e que é, portanto, inválida.

Para isso, ela vai ter que provar que não se desfez dos quadros nem tinha intenção de repassá-los para a filha. Se Sabine utilizou, por exemplo, uma procuração no nome da mãe para a venda, aí já fica mais difícil que Geneviève reverta a venda.

Um advogado especialista na área cultural que pediu para não ser identificado afirma que, no caso das obras que tiverem sido vendidas mediante a intermediação de uma galeria, como no caso das transações internacionais, a empresa também pode ser levada à Justiça.

INVERNO: Muitas nuvens durante o dia, com aberturas de sol. Manhã Tarde Noite 19º 11º 5% 06:35 17:48

SINDIMOTO

Sindicato de motoboys de SP quer propor motociata pró-Lula

PAULA SOPRANA/FOLHAPRESS

Após encontros com a campanha do PT, o Sindimoto-SP (Sindicato dos Motoboys de São Paulo) cogita fazer uma motociata pró-Lula "em um momento oportuno da eleição", segundo o presidente Gilberto Almeida dos Santos.

"Tive a ideia de organizar um grande evento de moto, porque os feitos por Bolsonaro são sempre com empresários. Nós faremos com motoboys", afirmou o presidente, também conhecido como Gil.

Ele não apresentou a ideia formalmente ao PT. Diz que tem ressalvas sobre incluir Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSB) no evento devido à segurança dos dois.

O tema não foi discutido no partido. O ex-presidente sempre criticou a postura do rival Jair Bolsonaro (PL) por promover motociatas com dinheiro público e em momentos críticos da pandemia de Covid-19.

Em evento em abril, ao lado de Geraldo Alckmin, Lula acenou aos trabalhadores de aplicativos ao levantar uma bandeira do Sindimoto-SP.

Depois, dois motoboys ligados ao sindicato foram convidados pela campanha para a propaganda do PT "Que Brasil você quer?", que exibe imagens de dois Brasis, um associado ao governo de Bolsonaro e um almejado por Lula.

"Tentaram encontrar solução vendendo a ideia de que os companheiros que trabalham com aplicativo são pequenos empreendedores, porque é uma palavra bonita, todo mundo quer ser", disse Lula, em discurso, no qual também afirmou que era inviável ser empreendedor "sem dinheiro para cuidar da família" e sem direitos como licença e descanso.

No fim de julho, a diretoria do SindimotoSP se reuniu com Alckmin. Na ocasião, o candidato à vice na chapa de Lula sinalizou que, na sua avaliação, não há necessidade de criar novas leis para atender a categoria, mas que é preciso proteger as leis trabalhistas.

O PT conta com o apoio do sindicalismo para a eleição. Uma das propostas da legenda é discutir uma reconfiguração do papel dos sindicatos nas relações trabalhistas e a volta da obrigação da participação dessas entidades nas negociações com empresas, alteração da reforma trabalhista aprovada no governo de Michel Temer (MDB), em 2017.

UCRÂNIA

ONU pede fim de atividade militar perto de usina nuclear

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, pediu ontem o fim imediato das atividades militares perto da usina nuclear de Zaporizhzhia, na Ucrânia, a maior da Europa.

"Peço às forças militares da Federação Russa e da Ucrânia que cessem imediatamente todas as atividades militares nas imediações da usina e não alvejem suas instalações ou arredores", disse ele em comunicado.

CRIMEIA

Imagens de satélite apresentadas ontem mostram devastação em uma base aérea russa na Crimeia, atingida em ataque. As imagens indicam que Kiev pode ter obtido nova capacidade de ataque de longo alcance, com potencial para mudar o curso da guerra.

Divulgadas pela empresa independente de satélites Planet Labs, as imagens reproduzem três crateras quase idênticas, onde edifícios na base aérea russa de Saki foram atingidos com aparente precisão. A base, na costa sudoeste da Crimeia, sofreu grandes danos causados pelo fogo, com as carcaças queimadas de pelo menos oito aviões de guerra.

A Rússia negou que as aeronaves tenham sido danificadas e disse que as explosões vistas na base, na terça-feira, foram acidentais.

A Ucrânia não reivindicou a responsabilidade pelo ataque, nem disse exatamente como ocorreu.

"Oficialmente, não estamos confirmando ou negando nada; existem vários cenários para o que pode ter acontecido, considerando vários epicentros de explosões exatamente ao mesmo tempo", afirmou o assessor presidencial ucraniano Mykhailo Podolyak à Reuters em mensagem.

Especialistas militares ocidentais disseram que a escala dos danos e a aparente precisão do ataque sugerem nova e poderosa capacidade, com implicações potencialmente importantes.

A Rússia, que anexou a Crimeia em 2014, usa a península como base para sua frota no Mar Negro e como principal rota de abastecimento para as forças invasoras que ocupam o Sul da Ucrânia, onde Kiev planeja uma contraofensiva nas próximas semanas.

"Não sou analista de inteligência, mas não parece bom", escreveu no Twitter Mark Hertling, ex-comandante das forças terrestres dos Estados Unidos na Europa, junto a uma imagem da devastação na base russa.

"Eu sou. É muito bom", respondeu o general norte-americano da reserva Michael Hayden, ex-chefe dos serviços de espionagem da CIA e da Agência de Segurança Nacional.

O Instituto para o Estudo da Guerra disse que as autoridades ucranianas estão enquadrando o ataque na Crimeia como "o início da contraofensiva da Ucrânia no Sul, sugerindo que os militares ucranianos esperam intensos combates em agosto e setembro, que podem decidir o resultado da próxima fase da guerra".

A forma exata como o ataque foi realizado continua um mistério. Algumas autoridades ucranianas foram citadas, sugerindo que pode ter sido sabotagem por infiltrados. Mas as crateras de impacto quase idênticas e as explosões simultâneas parecem indicar que se tratou de uma saraivada de armas capazes de escapar das defesas russas.

A base está muito além do alcance de foguetes avançados que os países ocidentais reconhecem ter enviado para a Ucrânia até agora, mas dentro das versões mais poderosas que Kiev buscava. A Ucrânia também tem mísseis antinavio que, teoricamente, poderiam ser usados para atingir alvos em terra.

A Ucrânia expulsou as forças russas da capital Kiev, em março, e dos arredores da segunda maior cidade, Kharkiv, em maio. A Rússia então capturou mais território no Leste, em grandes batalhas que mataram milhares de soldados de ambos os lados em junho.

Desde então, as linhas de frente estão praticamente estáticas, mas Kiev diz que está preparando grande esforço para recapturar as regiões sul de Kherson e Zaporizhzhia, a principal fatia de território ocupada desde a invasão de 24 de fevereiro.

DEMOCRACIA

Após passeata, ato na Paulista termina com gritos de 'fora, Bolsonaro'

Com gritos de "fora, Bolsonaro" organizadores da manifestação em defesa da democracia e do processo eleitoral na avenida Paulista, em São Paulo, anunciaram o encerramento do ato às 20h10.

A manifestação teve concentração no vão livre do Masp e seguiu até a altura da praça do Ciclista, na mesma avenida. As quatro faixas da via sentido Consolação ficaram interditadas para o acesso e carros.

O ato reuniu estudantes e representantes de movimentos sociais, movimentos populares e centrais sindicais. Ela é organizada por movimentos que compõem a campanha Fora, Bolsonaro.

O líder sem-teto Guilherme Boulos (PSOL), a liderança indígena Sônia Guajajara, o deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) e a presidente da UNE, Bruna Brelaz, foram algumas das pessoas que discursaram no carro de som.

À reportagem Raimundo Bonfim, coordenador da Central dos Movimentos Populares (CMP), afirma que além da leitura dos manifestos em defesa da democracia, "é importante a população ocupar as ruas". "O que está em jogo é a defesa da nossa democracia. Esse 11 de agosto é um marco histórico", diz.

Ele afirma ainda que, a partir de agora, os movimentos sociais irão se organizar para fazer um grande ato no dia 10 de setembro, "para se contrapor ao 7 de setembro golpista dos bolsonaristas".

EUA

3ª via quer fugir da polarização entre democratas e republicanos

THIAGO AMÂNCIO/FOLHAPRESS

Contra a polarização extrema às vésperas de uma eleição importante, nomes conhecidos do campo político se juntam para formar uma terceira via que não quer ser nem de direita nem de esquerda, mas para frente, nos Estados Unidos.

É o que propõe o Forward (ou "adiante", "para frente", em português), novo partido político que almeja romper o bipartidarismo e disputar espaço com os democratas e republicanos, monopolizadores da cena partidária do país.

"Rejeitamos a extrema esquerda e a extrema direita, buscamos um campo de consenso", diz a plataforma da legenda, que se vende no centro no espectro ideológico.

O que chama atenção no anúncio da nova sigla é que ela já chega à arena com nomes mais conhecidos dos eleitores, saídos das estruturas dos democratas e republicanos.

São eles os co-presidentes Christine Todd Whitman, ex-republicana que governou Nova Jersey, e Andrew Yang, ex-democrata que se tornou mais conhecido na disputa das prévias para candidatura à Presidência em 2020.

Com eles, dezenas de ex-filiados dos partidos tradicionais, parte deles com experiência no governo -uma das forças políticas que formam o novo partido é o Movimento de Renovação dos EUA (Renew America Movement), que reúne ex-membros de administrações republicanas.

Os EUA já têm uma série de partidos menores, mas todos nanicos, sendo o Libertário o de maior expressão -a legenda tinha 1 assento dos 435 da Câmara até o começo deste ano e chegou a receber 1,8 milhão de votos na última eleição presidencial. Além dos libertários, o sistema americano comporta legendas ainda menores, como os partidos Verde e da Constituição, entre outros.

Há 169 anos o país não elege um presidente que não seja democrata ou republicano. O último foi Millard Fillmore, que governou entre 1850 e 1853 pelo partido Whig, legenda que depois viria a ser absorvida pelo Partido Republicano.

Mas houve tentativas mais recentes. Em 2000, Ralph Nader, do Partido Verde, obteve cerca de 2,9 milhões de votos e foi acusado pelos democratas de ter subtraído votos de Al Gore, particularmente na Flórida, onde Nader conseguiu 97.488 votos. A derrota de Al Gore no Estado, por apenas 537 votos, custou-lhe a Presidência.

O Forward, que quer mudar esse cenário, será lançado oficialmente no fim de setembro, com um giro de eventos em dezenas de cidades para divulgar sua plataforma.

A aposta é conquistar os americanos que não se veem representados nem por democratas nem por republicanos. Pesquisa do instituto de opinião Gallup do ano passado apontou que 62% dos entrevistados disseram que uma terceira legenda é necessária.

Mas o sistema eleitoral do país, conhecido como "winner-takes-all" (o vencedor leva tudo), prejudica a ascensão de um novo partido, diz Thad Kousser, professor de ciência política na Universidade da Califórnia, em San Diego.

No Brasil, o sistema de quociente eleitoral distribui os assentos na Câmara dos Deputados de acordo com a quantidade de votos que cada partido teve. No sistema distrital dos Estados Unidos, não importa quantos votos foram para os candidatos não eleitos para representar um distrito eleitoral: é escolhido apenas o mais votado.

"Se você vota em um candidato com pouca chance de ganhar, você desperdiça seu voto. Para evitar isso, acaba decidindo entre os dois com mais chance, em geral no que você rejeita menos. É diferente de um sistema proporcional, em que um partido que ganha 5% dos votos tem 5% dos assentos", afirma Kousser. "Isso desmotiva eleitores e um candidato que poderia ter 5% dos votos acaba com 1% ou 2%, que no fim não adianta de nada", afirma.

Não à toa, a principal bandeira do novo partido é uma reforma eleitoral. A legenda também defende renda básica universal e governo baseado em evidências, entre o pouco do que foi divulgado até aqui. No entanto, é possível mapear algo da plataforma do grupo a partir de discursos e artigos que têm sido publicados nas últimas semanas.

"Quanto a armas, por exemplo, a maioria dos americanos não concorda com os apelos da extrema esquerda para confiscar todas as armas e revogar a Segunda Emenda, mas eles também estão preocupados com a insistência da extrema direita em eliminar as leis sobre armas", escreveram os fundadores no jornal americano The Washington Post, no fim de julho.

IPIRANGA

Museu antecipa reabertura para evitar clima do 7 de Setembro

A reinauguração do Museu do Ipiranga vai acontecer no dia 6 de setembro, um dia antes da data do bicentenário da proclamação da independência do Brasil. O evento estava previsto para o dia 7, mas o governo estadual decidiu antecipá-lo para evitar que manifestações políticas prejudiquem a reabertura da instituição.

"Estamos tomando todas as precauções para que o Museu do Ipiranga e o bicentenário possam ser celebrados sem nenhum tipo de mácula", diz Sérgio Sá Leitão, secretário estadual da Cultura, à reportagem.

"Temos a preocupação de despolitizar (a reabertura da instituição). O museu e a Independência são de todos os brasileiros, eles precisam ficar imunes a esse clima de polarização", afirma o secretário. O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem convocado manifestações de apoiadores no dia 7 de setembro em todo o país. "Temos algo tão ou mais importante que a nossa vida, que é a nossa liberdade. A grande demonstração disso peço que seja explicitada no próximo dia 7 de setembro", disse Bolsonaro no último dia 6 de agosto em Recife.

No ano passado, o presidente usou o feriado para convocar apoiadores para irem às ruas em atos de raiz golpista.

De acordo com Sá Leitão, serão de 1.500 a 2.000 convidados na reinauguração, com representantes dos governos federal, estadual e municipal, além dos patrocinadores.

Não se sabe ainda, segundo ele, quem será o representante do Executivo federal, se é que o Planalto enviará alguém - Bolsonaro e o atual governador de São Paulo e candidato a um novo mandato, Rodrigo Garcia (PSDB), são adversários políticos.

CRIMEIA

Explosões atingem base aérea usada pelos russos na Belarus

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

Um dia depois de uma base aérea russa na Crimeia ocupada ser alvo de um ataque devastador, explosões misteriosas atingiram um aeródromo militar usado por Moscou para ações na Ucrânia na vizinha Belarus.

A ditadura comandada por Aleksandr Lukachenko, que depois de ter seu regime questionado por protestos maciços em 2020 entrou de vez na órbita política do Kremlin, permite o uso de seu território pelas forças de Vladimir Putin desde o começo da invasão, em fevereiro.

Em nenhum momento, até aqui, forças ou equipamento belarusso foram vistas em ação na sua vizinha ao sul. Mesmo a atividade militar de Moscou refluiu consideravelmente nos últimos meses, naquilo que é visto como uma sinalização ao Ocidente: Belarus tem disputas graves com a Polônia e com a Lituânia, integrantes da Otan (aliança militar ocidental), e não estar na guerra indica algum comedimento aos vizinhos.

As explosões foram ouvidas às 23h (17h em Brasília) de quarta-feira passada em Ziabrovka, no sudeste belarusso. O local fica a apenas 15 km da fronteira ucraniana. Segundo a agência estatal Belta, o Ministério da Defesa disse que houve um acidente sem feridos durante o teste de um motor.

Pode ser, mas a declaração segue o protocolo de Moscou para negar a gravidade de ações contra o seu território. Na última terça-feira, a base aérea de Saki foi objeto de grandes explosões que a Rússia atribuiu a um acidente com munição.

Só que imagens de satélite comparativas, divulgadas no dia seguinte, mostraram que talvez metade da frota estimada de caças Su-30 e bombardeiros Su-24 no local foi destruída de forma bastante cirúrgica. Isso só se explica com o uso de armas ocidentais que Kiev não admite ter ou a ação de sabotadores.

Assim, o incidente na Belarus sugere que o governo de Volodimir Zelenski está mesmo disposto a fazer provocações públicas sobre as capacidades russas no momento em que anuncia preparativos para uma ofensiva tentando retomar áreas perdidas para Moscou no sul do país.

É uma armadilha para Putin, que não pode admitir vulnerabilidade em solo russo, ainda que anexado desde 2014 de forma não reconhecida internacionalmente, ou de seu principal aliado na Europa. Kiev, que não admite oficialmente as ações, fez piada no Twitter.